

**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**COMISSÃO DE DIREITO DA INTEGRAÇÃO**

INDICAÇÃO 84.2025

Autor: Dra. Elian Araújo

Relator: Dr. Sérgio Sant'Anna

**Ementa:** Análise sobre o BRICS e a América Latina; reforma de instituições globais; promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Direito da Integração. Conselho Civil do BRICS e Grupos de Trabalho (GTs) ; Participação das organizações da sociedade civil dos países do BRICS; o papel do Brasil na Agenda de Cooperação entre os países do sul global após ter presidido o BRICS e sediado sua XVII Cúpula.

**Palavras-chave:**BRICS; Cooperação Internacional. Agenda de trabalho e o papel. Políticas

Trata-se de Indicação nº 084.2025 apresentada pela Presidente da Comissão de Direito da Integração, Dra. Elian Araújo, propondo a elaboração de Parecer sobre o BRICS em um recorte direcionado para a América Latina, em particular a dinâmica para a configuração do bloco após a XVII Cúpula em 2025, no Rio de Janeiro.

## I-INTRODUÇÃO

Ao longo do século XXI, o mundo inteiro vem sendo afetado por mudanças na esfera geopolítica internacional, o que vem exigindo reflexões e análises de conjuntura que levem em conta o fator político, econômico, social e jurídico inserido nas relações internacionais, em especial no campo da contra hegemonia contra a ordem pré-estabelecida, seja a política pós- fim da Guerra Fria com a ascendência do mundo unipolar, seja a econômica com o Consenso de Washington e as instituições de Bretton Woods..

Um dos temas de maior destaque nesta análise geopolítica é a configuração de um mundo multipolar com a efetiva possibilidade de se estabelecer uma agenda geopolítica

global, intensificada por atores que buscam se posicionar no campo das lideranças regionais e com potencial de exercer influência nos foros internacionais.

No atual momento em que se alcança um quarto do século XXI, o multilateralismo tem se intensificado de várias formas e através de várias estratégias.

Uma das mais significativas, com toda certeza, é através da criação do BRICS enquanto estratégia geopolítica na configuração do multilateralismo, que reuniu inicialmente Brasil, Rússia, Índia e China, tendo tido o primeiro encontro na Assembleia Geral da ONU de 2006, em Nova York.

## II- ORIGEM E HISTÓRICO DO BRICS

O primeiro ponto a ser abordado é a origem dos BRIC's que acabou ganhando densidade na esfera internacional, pela própria dimensão e importância dos países envolvidos.

O economista Jim O'Neill, criador da sigla a partir de um estudo do Banco Merrill Lynch realizado em 2001, cujo título era “ *Building Better Global Economic BRICs* ” sobre a economia mundial, indicou quatro países-chave para a economia mundial na metade do século XXI, que seriam o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, criando a sigla BRIC.

O economista já defendia naquele ano que estes países nas próximas décadas teriam papel destacado no centro da economia mundial, enfatizando que já teriam 25% da cobertura de terra do planeta; 40% da população mundial e PIB combinado de cerca de 18.486 trilhões de dólares.

Os quatro países citados eram vistos, naquele primeiro momento, como países com vasta extensão territorial, grande contingente populacional, importância econômica, capacidade de liderança e de reconhecimento como potência regional, sendo que Rússia, Índia e China são, ainda, potências nucleares. Todos se situam como potências emergentes e com grande inserção na geopolítica internacional, com cada vez maior ênfase ao longo do século XXI.

A primeira reunião oficial dos 4 países acima citados ocorreu em Ecatérinburgo, na Rússia, em 2009, tendo sido admitido o ingresso da África do Sul na terceira Cúpula realizada em Sanya, na China, no ano de 2011.

O convite à África do Sul demonstrou uma visão estratégica destes países em relação ao processo de inserção global do BRICS com a inclusão de uma potência do continente africano, não obstante, inicialmente, a atuação conjunta destes países ter sido pautado por análises duvidosas de especialistas e comentaristas internacionais acerca da existência de pontos de convergência que pudessem estabelecer diretrizes para uma atuação conjunta por parte de Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, inclusive recebendo muitas críticas de acadêmicos que questionavam até o critério que permitiria a entrada do país africano, no contexto das características dos demais países do BRIC's. Estes comentários críticos eram pautados pelo ceticismo na possibilidade de existirem temas que pudessem unificar uma pauta que atendesse aos projetos de interesse comum destes países a ponto de manter uma estratégia política de atuação conjunta e permanente, justificando esta opinião com base em questões históricas, culturais, econômicas e sociais e até pelos idiomas distintos.

Poder-se-ia apontar que o objetivo principal destes países, através do BRICS e neste estágio da nova ordem internacional é o de alterar por meio da cooperação o sistema de governança global através da reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU, além de introduzir alternativas a instituições como o FMI e BID para o fomento de economias emergentes.

A compreensão da relevância dos BRICS não somente retrata a ascensão do mundo multipolar, mas também maior diálogo e iniciativas por parte do Sul Global a partir da primeira década do século XXI, impulsionada pela ascensão de governos progressistas e defensores do papel do Estado na atividade econômica, principalmente em países na América do Sul, em conjunto com a agenda de países relevantes como China, Rússia e Índia.

Outro fator relevante foi a crise econômico-financeira iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008 que atingiu o mundo inteiro, com maior ou menor intensidade, e a crise de março de 2020 da pandemia Covid-19, na medida em que aprofundou vários desafios para os Estados Nacionais e seus governos no sentido de

estabelecer políticas públicas para a retomada do crescimento e a implementação de um eixo virtuoso de desenvolvimento através da ação do Estado.

O Brasil, nos governos Lula e Dilma, estabeleceu como prioridade na política externa uma diretriz Sul-Sul, bem como passou a ter papel de ser um dos protagonistas no projeto de inserção dos BRICS no cenário geopolítico internacional através da intensificação de projetos comuns a todos estes relevantes atores internacionais.

### III- PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO E ESTRATÉGIA NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO

Sob o ponto de vista da conjuntura econômica internacional, em especial com a crise financeira de 2008, a crise do sistema unipolar permitiu aos países componentes do BRICS ter um papel estratégico e decisivo na ordem econômica internacional, com a própria perspectiva de crescimento sustentável acima da média dos países desenvolvidos, em especial, Estados Unidos, União Européia e o Japão, sendo que os países do BRICS representavam mais de 40% da população do planeta e participação crescente no PIB mundial.

Este movimento político e econômico teve consequências significativas para o mundo, destacando a ampliação do G-7, representante das economias desenvolvidas do mundo, para o fortalecimento paulatino do G-20, não obstante ter sido criado em 1999, acabou passando a ter dimensão institucional cada vez mais relevante, reflete a necessidade de participação das economias emergentes como um dos pilares de uma nova ordem internacional.

Importante ressaltar que o G20, enquanto Fórum de Cooperação Econômica Internacional, foi fundado em 1999 no contexto do pensamento único neoliberal e da hegemonia dos EUA, para a participação de ministros de finanças e presidentes de Banco Central das 19 maiores economias do mundo, que se constituía num foro de discussão econômica que retratava o pensamento do mercado e dos setores do empresariado.

O G20 foi adquirindo nova dinâmica na sua orientação política a partir da reunião de Washington, realizada em 2008 quando reuniu os Chefes e Chefas de Estado e de Governo para se constituir num foro de discussão sobre governança global, sendo que a crise econômica mundial do Subprime, iniciada nos EUA, em setembro de 2008 foi

instrumento de pressão para a mudança da dinâmica do G20, com o objetivo de ampliação dos seus temas para uma maior participação dos países do Sul Global.

Impende destacar que a Presidência do Brasil, cujo mandato foi iniciado em dezembro de 2023 e foi concluído no encontro de Chefes e Chefas de Estado em 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro, foi antecedida pela Presidência da Índia e está sendo seguida pela Presidência da África do Sul para o mandato de um ano, o que implica em três Presidências seguidas de Países dos BRICS, destacando, ainda, que a Presidência anterior fora da Indonésia, recém ingressado nos BRICS como membro-associado neste processo de ampliação recente.

A Presidência do Brasil destacou pelos inúmeros eventos ao longo deste ano, e inovou com a estratégia proposta de envolver a sociedade civil através dos inúmeros temas tratados nos três grandes eixos que foram definidos pelo governo brasileiro, a saber, Reforma da Governança Global, Clima e Meio Ambiente e Combate à Fome e à Miséria.

A própria relação dos países integrantes do G 20 contempla países em desenvolvimento pelo Sul Global tais como a África do Sul, a Arábia Saudita, a Argentina, o Brasil, a China, a Coreia do Sul, a Índia, a Indonésia, o México, a Rússia, e a Turquia, além dos países ricos como a Alemanha, Austrália, o Canadá, os Estados Unidos, a França, a Itália, o Japão e o Reino Unido, tendo a participação da União Europeia e a inclusão da União Africana como membro do G20 na Cúpula de Nova Delhi em 2023.

O fato de África do Sul, Brasil, China, Índia, Rússia e os recém membros associados Turquia e Indonésia estarem integrando este espaço, destaca o relevante papel dos BRICS para a tentativa de formar consensos e buscar estratégias de avanço para o multilateralismo e defesa dos interesses do Sul Global, lembrando que a Arábia Saudita participou da Cúpula de Kazan mas ainda não formalizou o ingresso nos BRICS.

Não obstante a citação ao G 20, importante registrar que movimentos paralelos entre estes países já existiam ou foram sendo intensificados como forma de aprofundar temas multilaterais e de interesses comuns, tais como a Organização para Cooperação de Xangai ( OCX ), o diálogo mais estreito entre Rússia e China, a criação do Fórum IBAS, que reunia Índia, Brasil e África do Sul, outra iniciativa do Governo Lula que acabou

paralisado pelas circunstâncias do avanço para a formação do BRICS, a criação da UNASUL ( União das Nações Sul-Americanas ), atualmente paralisada, da CELAC ( Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos ), bem como espaços de integração regional como a APEC ( Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico ), Mercosul ( Mercado Comum do Sul ) e SADC ( Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral ), dentre outros espaços que podem se constituir em espaços regionais com dinâmica própria e de articulação entre si, o que amplia a capacidade de diálogo em foros internacionais e negociações importantes.

Estes foros também constituem-se numa estratégia de avaliação e ocupação dos espaços políticos que permitem uma atuação dos países do Sul Global de forma conjunta e estratégica.

Sob o ponto de vista dos indicadores econômicos, o crescimento de Brasil, Rússia, Índia e China, entre 2003 e 2007, representou 65% da expansão do Produto Interno Bruto ( PIB ) mundial. Na comparação do poder de compra, o PIB do BRICS, já com o ingresso da África do Sul, no ano de 2013 já superava o dos Estados Unidos ou mesmo o da União Européia e do Japão.

Em 2003, numa perspectiva comparativa, o Produto Interno Bruto dos países do BRICS respondia por 9% do PIB mundial, para em 2009 representar cerca de 14%. Em 2010, o PIB dos seus cinco membros totalizou em torno de US\$ 11 trilhões de dólares, o que corresponde a significativos 18% da economia mundial.

Segundo dados de 2013 ( Brasil ) e 2012 ( Rússia, Índia, China e África do Sul ), o Produto Interno Bruto dos seus membros em trilhões de dólares correspondia 2,70 no Brasil, 2,50 na Rússia, 4,78 na Índia, 8,28 na China e 0,58 na África do Sul.

Segundo dados de 2024, o peso econômico do BRICS corresponde a 30% do PIB mundial, 24% de todo o comércio global e cerca de 40% da população global, incluindo os países que ingressaram recentemente. Desta forma, o bloco ganhou ainda mais relevância, ultrapassando a soma do PIB do G7 em 2024, com 36,7% contra 29,6%, segundo a consultoria EY.

Já se tinha dimensão do grande potencial dos países integrantes dos BRICS ao reunir 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB Global e 18% do comércio internacional, computando um PIB de 24,7 trilhões, sendo 17, 7

trilhões da China, Índia com 3,17 trilhões, Rússia com 1,7 milhões, Brasil com 1,6 trilhões e a África do Sul com 419 bilhões.

A aproximação destes países é, acima de tudo, uma importante estratégia geopolítica que permite uma maior capacidade de participação nos Foros Multilaterais e nos processos decisórios nos espaços multilaterais relevantes para todos os continentes do Sul Global, já que estes países representam uma estratégia de articulação política com grandes países da Ásia, Europa, América do Sul e África, sendo relevante lembrar que China e Rússia tem assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e países como Brasil, Índia e África do Sul tem pretensões regionais de participação na hipótese de ampliação do citado Conselho.

Paralelamente ao movimento de estreitamento das relações político-econômicas entre os governos destas potências emergentes, houve uma aproximação em vários setores, como entre os seus bancos de desenvolvimento. Estas instituições vem participando de reuniões que permitem avançar em políticas e ações estratégicas conjuntas, como acordos de cooperação e memorandos de entendimentos. Acordo assinado em 2011, na China, previa a criação de um grupo técnico entre os seus participantes a fim de estudar a viabilidade de concessão de empréstimos em moeda local, bem como a criação de outros mecanismos de cooperação.

Na arena geopolítica do Sistema Mundial, o multilateralismo tem proporcionado que diversos atores possam atuar de forma direta e efetiva nos variados foros internacionais de discussão, sendo que espaços institucionais que reúnam atores relevantes como os BRICS podem ampliar o processo de discussão e decisão em favor dos países do Sul Global, em especial países da América do Sul, América Central, Caribe, África, Ásia Ocidental e Ásia Oriental.

A aliança tem se intensificado em diversas áreas tais como política e segurança, economia, finanças, ciência e tecnologia, infraestrutura, intercâmbio cultural e acordos firmados pelos chefes de estado para serem submetidos aos parlamentos de cada país.

Na medida em que os espaços de integração vão definindo estratégias geopolíticas, naturalmente que inúmeras situações serão conflitantes com a posição de hegemonia dos Estados Unidos, na defesa do unilateralismo.

Claro exemplo seria a possibilidade do padrão dólar não ser utilizado como moeda de transação entre estes países, como se discutiu na Cúpula de Kazan, Rússia, em 2024 e na Cúpula do Rio de Janeiro, Brasil, em 2025.

Outra possibilidade concreta seria o New Development Bank ( NDB ) do Brics ou mesmo qualquer Banco Regional de Integração se contrapor ao Banco Mundial ou ao Fundo Monetário Internacional como agência de desenvolvimento, a partir da aplicação de juros mais baixos e condições mais atrativas de financiamento para grandes obras de infra-estrutura que são fundamentais para que os países em desenvolvimento possam ampliar sua capacidade de exportar e participar com maior intensidade no comércio internacional.

Acima de tudo estas medidas seriam uma alternativa às instituições criadas em *Bretton Woods* e significam clara e evidente confrontação com o poder hegemônico estadunidense, a partir da II Guerra Mundial.

O momento de maior relevância ocorreu em 15 de julho de 2014, na Sexta Cúpula do BRICS, em Fortaleza, Brasil, quando todos os cinco participantes assinaram um acordo de oficialização da criação do Novo Banco de Desenvolvimento ( em inglês *New Development Bank*, NDB ), mas popularmente conhecido como Banco dos BRICS, tendo 32,8 bilhões de dólares em financiamentos com 96 projetos aprovados, com 8,11 bilhões de investimentos na China, 7,50 bilhões na Índia, 5,38 bilhões na África do Sul, 5,26 bilhões no Brasil e e 3,96 bilhões na Rússia com investimento em áreas como Assistência Emergencial para Covid 19, Infraestrutura de Transportes, Água e Saneamento, Energia Limpa e Eficiência Energética e Áreas Diversas, segundo o Portal do NDB ([www.ndb.int](http://www.ndb.int)).

A criação desta instituição financeira objetivou, principalmente, possibilitar financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países pobres e emergentes.

Segundo acordo entre seus membros, a sede será em Xangai, China, seu primeiro presidente será da Índia, o Brasil deverá indicar o presidente do Conselho de Administração do Banco, a Rússia caberá nomear o presidente do Conselho de Governadores, e a África do Sul sediará o Centro Regional Africano da instituição.

Segundo dados oficiais, o comércio entre estes países movimentou 54 bilhões de dólares, podendo haver um impulso significativo com o aporte financeiro do Banco em grandes projetos de infra-estrutura. O seu capital inicial será de 50 bilhões, podendo futuramente chegar a 100 bilhões.

Outra importante decisão daquele encontro foi a criação de um Fundo de Reserva de 100 bilhões de dólares, o Arranjo de Reservas de Contingência, cujo principal objetivo é o de corrigir eventuais desequilíbrios de balanço de pagamentos dos países signatários. Desse montante, cabe à China 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia, 18 bilhões cada um e a África do Sul, 5 bilhões.

Ponto fundamental de destaque que vem sendo o papel desempenhado pelo Novo Banco de Desenvolvimento – NDB como estratégia para implementar projetos de infraestrutura através dos mecanismos de crédito e financiamento.

O Banco é presidido pela ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff desde março de 2023, sendo reeleita em março de 2025 com apoio de Putin, e tem sido fundamental para apoiar iniciativas e projetos que propiciam plataformas de investimentos e incentivos para o desenvolvimento sustentável, aliando o crescimento econômico e o bem-estar social, até pelo reconhecimento do bloco de que a infraestrutura de transporte desenvolvida, rotas de transportes eficientes, tecnologias e regulamentações inovadoras facilitam os fluxos comerciais e o movimento transfronteiriço de pessoas.

Este tema do NDB é de extrema relevância por conta da preocupação desses países com a mobilidade que vem sendo um dos temas centrais para uma política efetiva de ampliação da infraestrutura de transporte no âmbito dos BRICS, seja para o benefício do cidadão, seja para a atividade de comércio entre esses países.

No caso do Brasil, pelo menos 31 iniciativas haviam sido aprovadas para a matriz de energia limpa, a saber usinas solares e eólicas. Importante registrar que o Banco aprovou uma linha de créditos próximo à R\$ 6 bilhões de reais para a reconstrução do Rio Grande do Sul, em virtude das fortes chuvas e enchentes de 2024.

Estas iniciativas demonstram a possibilidade concreta de uma mudança de foco na ordem internacional, principalmente pelo potencial de alcance destes países, atuando em conjunto e com estratégias bem definidas a partir de uma instituição financeira com aporte de recursos.

No NDB existem os membros fundadores Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, além dos membros adicionados posteriormente Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Irã, Etiópia, Bangladesh, Argélia, Colômbia e Uzbequistão. Enquanto projeto para ampliação com países majoritariamente do Sul Global.

Sendo assim, os países componentes dos BRIC'S no início deste primeiro quarto de século, não obstante as especificidades históricas internas que são extremamente complexas a partir de estágios e princípios que caracterizam processos com características próprias, a tentativa de conciliar divergências comuns não impede a possibilidade de defesa de temas de consenso nos grandes debates internacionais moldados em posições comuns, tratadas com sutileza pelos diplomatas nos tratados assinados.

#### IV- DESAFIOS DO MULTILATERALISMO E O BRICS COMO INSTRUMENTO DE CONTRAHEGEMONIA

Merece especial análise o caso da China pela ampliação de sua influência no campo econômico e político nas últimas décadas. A China apresenta o maior contingente populacional do planeta com mais de 1 bilhão de habitantes, tem a 3ª maior área territorial atrás da Rússia e do Canadá, é, atualmente, a maior potência exportadora e segunda maior importadora do mundo, é o segundo maior destino dos investimentos internacionais, é grande detentora de reservas internacionais, grande investidora de títulos do Tesouro americano, além dos investimentos para aperfeiçoamento nos níveis de educação e no parque científico e tecnológico, além do programa aeroespacial.

Os indicadores de crescimento chinês sofreram uma leve queda nos últimos anos, mas o potencial de crescimento continua significativo e aponta para possibilidade de ultrapassar a economia dos Estados Unidos em período inferior a trinta anos. A emergência da situação econômica estadunidense, certamente vai ter conseqüências no plano político e militar.

Na América do Sul verifica-se que as conseqüências são significativas com a China já se tornando principal exportador ou importador de vários países, inclusive

ultrapassando a liderança histórica dos Estados Unidos, que sempre considerou a América Latina e o Caribe como sua área de influência.

Neste contexto, países da América do Sul que optaram em se inserir na atividade de comércio através de acordos bilaterais, seja com Estados Unidos, com China ou União Européia, podem estar abdicando da utilização de instrumentos de promoção do desenvolvimento, enfim de participar de um processo de integração regional e de políticas de desenvolvimento ou de natureza industrial com seus vizinhos, aprofundando os seus níveis de dependência e abdicando de outros possíveis mercados.

A demanda chinesa por alimentos, minérios, produtos primários, petróleo e energia se constitui numa excelente oportunidade para os países da América do Sul, até porque mantém os preços mundiais destas *commodities* com preços ainda bastante significativos.

Por outro lado, a criação de várias empresas transnacionais chinesas, com os altos investimentos em tecnologia e da estratégia de desenvolvimento, além da possibilidade de superação da crise pelos estadunidenses e europeus, exigirá que os países da América do Sul tenham maior dinamismo tecnológico, investimento num parque diversificado e maior especialização na produção primária para exportação, além do próprio avanço dos mercados importadores, em particular a China, pelos produtos industriais dos países membros do Mercosul e dos demais países da América do Sul.

A necessidade de preparação de uma mão de obra especializada para a geração de postos de trabalho mais qualificados e inseridos na realidade global deve ser prioridade de todos os países da América do Sul, já que a possibilidade de integração através de produtos industriais é muito mais qualificada do que a de produtos agrícolas, possibilitando, desta forma, maior inserção no mercado global e no comércio interno e intra-bloco.

Por força dos interesses específicos dos grandes players na agenda internacional, a partir de 2023, tem-se acompanhado uma ação mais efetiva para a desarticulação dos Bric's, seja por questões de natureza endógena, seja exógena. Dentre os fatores externos, é inequívoco que o aprofundamento da crise imobiliária e financeira estadunidense, se alastrou por todos os continentes produzindo efeitos devastadores e de difícil avaliação

seja no impacto, seja no tempo de duração, o que impõe medidas de curto, médio e longo prazo, algumas bastante impopulares.

Ainda no campo externo, alguns problemas tem dimensão grave e com consequências no campo interno, como no caso da China ao ter que administrar uma pressão violenta dos Estados Unidos em relação à Taiwan e à Coreia do Norte e o seu programa nuclear, além do potencial alinhamento daquele país com o Japão criando bastante tensão no Mar da China.

No caso da Rússia, a pressão vem sendo maior porque além da desestabilização do Oriente Médio, em particular a situação em países aliados de Moscou, verifica-se que a situação entre a Rússia e a Ucrânia sofre pressão de países interessados no petróleo e gás da Região do Mar Negro, além do próprio desejo de enfraquecimento da Rússia na arena geopolítica internacional, por parte dos Estados Unidos e da OTAN. A exclusão da Rússia do sistema SWIFT, as sanções aplicadas e o congelamento de bens e ativos russos demonstram a complexidade da situação.

A associação China - Rússia tem se constituído em uma grande preocupação para os interesses de Washington, se constituindo numa clara estratégia política no campo da contra-hegemonia.

O caso da Índia, Brasil e África do Sul acaba tendo reflexos externos de forma indireta, principalmente a situação de instabilidade entre Índia e Paquistão na Região da Cashemira, a situação de crise econômica em diversos países africanos ainda em conflito, o que provoca situação de refugiados para outras regiões, principalmente União Européia, o que dificulta a condução de liderança por parte da África do Sul, bem como a situação de instabilidade política na América do Sul, com apoio da mídia, grupos empresariais e movimentos organizados de perfil conservador, além de membros do Legislativo, Judiciário e do próprio Poder Executivo, o que vem provocando uma desarticulação ou uma situação de paralisiaestática em termos de integração regional, o que impede o avanço dos temas e das agendas de interesse comum.

Diante dessa conjuntura, é fundamental que se busque uma estabilização, principalmente no Brasil, para que se retome os projetos de ampliação e atuação dos países que compõe o Brics, no objetivo de se retomar a uma estratégia Sul-Sul.

Os membros da área acadêmica, diplomática, especialistas, enfim, todos os segmentos da sociedade, devem pautar o debate do projeto desenvolvimentista aplicado à economia, geopolítica, meio-ambiente e sociedade, rechaçando o modelo do colapso neoliberal de negação da importância do Estado e o conseqüente dismantelamento dos programas sociais.

A análise das perspectivas econômicas dos BRICS no contexto mundial, suas megatendências no campo da energia; suas possibilidades de ampliação do comércio e da atividade industrial, além de rejeitar o Colapso do paradigma da guerra como solução de conflitos entre nações, abre espaço para mediação de conflitos pelos membros dos BRICS criando novos atores no contexto geopolítico mundial para a defesa de um projeto permanente de paz mundial.

Abre-se espaço, também, para temas estratégicos como as possibilidades no campo da segurança alimentar e da agricultura; a questão do desenvolvimento sustentável, evitando o colapso do paradigma da produção a qualquer custo ambiental e de prejuízo à sociedade com danos ambientais, mediação de conflitos entre países, política e segurança, economia, finanças, ciência e tecnologia, infraestrutura, intercâmbio cultural e acordos firmados pelos chefes de estado para serem submetidos aos parlamentos de cada país, além de outros temas de grande relevância.

Finalmente, abre-se espaço para outros avanços no campo científico-tecnológico e educacional, bem como a implementação de projetos concretos em várias áreas estratégicas.

No início de 2024, o ingresso dos novos membros Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã no início de 2024, os BRICS passaram a ter 48,5% da população mundial e quase 36% do PIB global, deixando claro sua importância no cenário geopolítico na busca pelo multilateralismo, sendo de grande relevância a análise do impacto junto à governança global, bem como na Cúpula de Kazan em 2024 houve o convite para participarem do bloco na modalidade de membros associados, tendo tido a adesão para atuação no bloco, a saber, de Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria, Indonésia, Argélia, Bielorrússia, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã e Uganda, privilegiando países importantes do Sul Global e que representam América do Sul, Caribe, África, Ásia e Europa, sendo que durante a Presidência brasileira neste ano

de 2025, a Indonésia ingressou como membro pleno para ampliar o papel do Sul Global na arena geopolítica, sendo certo que mais de 40 países já manifestaram o interesse em participar dos BRICS, inclusive solicitando ingresso formal como membro pleno ou membro associado.

Por este breve histórico, é perceptível que o potencial de atuação e de influência na arena geopolítica e geoeconômica é significativo. A dimensão de inserção nos foros internacionais tem demonstrado que a força destes países tem um grande potencial de influenciar mudanças no cenário internacional.

Os BRICS é um grande exemplo de como o multilateralismo tem se intensificado de várias formas e através de várias estratégias que visam estabelecer uma Nova Ordem Internacional intensificando a Contra hegemonia e se contrapondo ao poder hegemônico dos Estados Unidos, cada vez mais se consolidando como um hegemom em decadência, tendo que apelar para o seu setor militar e sua influência junto à OTAN.

Esta decadência, inclusive, tem ampliado a agressiva atuação militar dos Estados Unidos no mundo de forma direta ou indireta, tais como a ação da OTAN responsável pelo conflito entre a Ucrânia com a Rússia e a ação deliberada de proteção a Israel na Faixa de Gaza através de uma política genocida, que vem se ampliando para Líbano, Síria e outros países do Oriente Médio.

Todas as Cúpulas dos BRICS têm avançado como espaço institucional, multilateral e com a estratégia de atuação articulada e estratégica em vários cenários da agenda global.

Não há dúvida que o multilateralismo e o processo geopolítico da construção de uma Agenda Sul-Sul proporcionaram uma mudança significativa para discussão do reforço da arquitetura e da governança global nas questões políticas e econômicas relevantes, até pelo que este conjunto de países representa.

Temas como o apoio à Reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para torná-lo mais democrático e representativo com ampliação da participação dos países emergentes e representantes do Sul Global representando a África, Ásia e América Latina, em especial com os países dos BRICS é um dos pontos mais significativos relacionados à Governança Global.

Outro ponto consensual e, igualmente importante, é o do estabelecimento de regras mais transparentes, justas e multilaterais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio ( OMC ), bem como fim de medidas coercitivas unilaterais que implicam em sanções sobre a economia mundial, o comércio internacional e o atingimento de metas de desenvolvimento sustentável.

Outro ponto importante foi o da reafirmação da necessidade dos países cooperarem para a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, possibilitando o direito ao desenvolvimento, de maneira justa e igualitária, não somente no âmbito dos BRICS mas também nos fóruns multilaterais, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos, além da necessidade de intensificar a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância, seja pela religião, fé ou crença, demonstrando preocupação com discurso de ódio.

Não obstante vários pontos de grande relevância que vem sendo aprofundados nas Cúpulas anuais, destacam-se, dentre eles, inclusão da paz, a necessidade de desarmamento, proteção aos povos em áreas de conflito, medidas contra corrupção e combate ao crime organizado transnacional, proteção ao refúgio de populações deslocadas de áreas em guerra, um dos pontos de grande ênfase foi a preocupação com desinformação, notícias falsas

As Declarações, destacando-se as recentes de Kazan, em 2024, e Rio de Janeiro, em 2025, frutos dos debates ocorridos ao longo das Presidências respectivas, tendo avançado em temas como turismo, propriedade intelectual, gestão de desastres, cooperação tributária, gestão de desastres, desenvolvimento do mercado de trabalho e qualidade do emprego, o papel do setor público, cooperação jurídica, ciência, tecnologia e inovação, universidades, cooperação em educação, cultura, esportes, moradia, além de Fórum de Cooperação no âmbito dos Municípios, no âmbito empresarial, das mulheres, dentre outros temas relevantes.

Outro ponto de grande relevância foi a defesa do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva na possibilidade de criação de pagamentos alternativos para transações comerciais entre os países do bloco, o que permitirá trocas comerciais que reflitam o mundo multipolar com redução de assimetrias dentro do sistema financeiro internacional. Em síntese, trata-se de uma maneira de criar alternativas ao padrão dólar através de

sistema alternativo entre moedas dos seus integrantes através da criação de um Mecanismo de Cooperação Interbancária, por meio do qual os bancos nacionais de desenvolvimento do bloco vão estabelecer linhas de crédito em moedas locais.

Desde que Trump assumiu o segundo mandato, os países do bloco tem intensificado o debate sobre o uso de moedas locais nas trocas comerciais, em virtude do tarifaço imposto pelos Estados Unidos

Os países do BRICS representam 36% do Produto Interno Bruto e o fluxo comercial entre 2003 e 2023 se intensificou em mais de 12 vezes.

O Multilateralismo e o início da construção de uma Agenda Sul-Sul proporcionaram uma mudança significativa para discussão do reforço da arquitetura e da governança global nas questões econômicas relevantes e deve passar pela defesa intransigente dos princípios democráticos e na defesa da soberania, da paz e da solução pacífica dos conflitos, além da preservação dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, aliada às grandes obras de infraestrutura que amplie os níveis de desenvolvimento social e de crescimento econômico.

A recente Cúpula do Rio de Janeiro, de 6 a 7 de julho, com o tema “ Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável” foi a primeira cúpula com os novos membros plenos e associados admitidos em Kazan.

O governo brasileiro incluiu como temas centrais a Governança global inclusiva e sustentável; a Inteligência Artificial ( IA ) e bens públicos digitais; Financiamento para combater as mudanças climáticas e sustentabilidade espacial e Criação de uma parceria BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, tendo tido participação significativa dos representantes governamentais, bem como acadêmicos, membros da sociedade civil e da diplomacia.

Na mesma linha da Declaração de Kazan, Rússia, em 2024, a "Declaração do Rio", Brasil, em 2025 e nos termos do disposto pela Indicante, consolidou temas estruturantes para o futuro da cooperação intra-BRICS, com destaque para: A reforma das instituições de governança global (ONU, FMI, OMC); O apoio ativo à Agenda 2030; A promoção de sistemas financeiros alternativos e desdolarização; O fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); A priorização da inovação tecnológica, incluindo o “Plano de Ação do BRICS para Inovação 2025–2030”; O estímulo ao

multilateralismo inclusivo, com ênfase na voz coletiva do Sul Global, bem como vários outros temas inseridos naquele documento.

O Brasil, realmente teve um papel importante neste processo de liderança do BRICS, mesmo com a COP 30 no 2º semestre, com o sucesso da XVII Cúpula, através da maturidade diplomática do país, mas também pela capacidade e responsabilidade de articular uma Cúpula com vários países de diferentes continentes para decisão de temas tão complexos. Ao sediar a cúpula e apresentar propostas sensíveis aos países vizinhos, o Brasil reforçou seu compromisso com a América Latina e Caribe, com uma ordem internacional mais justa e sustentável mostrando ter posição estratégica para conduzir temas como a cooperação transatlântica sul-sul, inclusão social, sustentabilidade ambiental, defesa dos direitos humanos e o desenvolvimento de marcos regulatórios comuns no campo digital e tecnológico entre os membros.

Ressalta-se a importância da Sociedade Civil e dos Grupos de Trabalho no Conselho Civil do BRICS, assim como aconteceu com a Cúpula Social do G 20, ao representar um espaço importante de interlocução e na institucionalização do diálogo entre governos e sociedade civil. Seus Grupos de Trabalho (GTs) abrangem temas essenciais como: Segurança Alimentar e Soberania; Direitos Digitais e Governança da Internet; Justiça Climática e Transição Energética; Financiamento para o Desenvolvimento; Educação, Cultura e Conhecimento Aberto; Igualdade de Gênero e Políticas Inclusivas. Tais eixos estabelecem uma nova dimensão participativa no bloco, que exige engajamento técnico qualificado, articulação intersetorial e produção de conhecimento aplicado para subsidiar as agendas multilaterais em construção, conforme a própria Indicante aponta no seu texto que subsidia o presente Relatório.

## V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e atuação dos BRICS é, talvez, o grande fato político e geopolítico do século XXI, contrariando avaliações negativas, num primeiro momento, de que não daria certo porque são países diferentes.

A estratégia de inclusão de membros-pletos e a adoção dos membros-associados se constitui em exemplo concreto de como existe potencial de ampliação de sua zona de influência em diferentes regiões do mundo.

O Sistema Mundial passa por um processo de Contra-hegemonia em que muitos fatores precisam ser observados tendo em vista que os Estados Unidos estão sendo confrontados no seu poder global através de temas que envolvem mudanças significativas para a Governança Global através das instituições tradicionais, a Defesa da Democracia, a necessidade de maior combate às *fake news* e às mensagens de ódio, fim do *lawfare*, a regulamentação da utilização adequada das redes sociais e das *big techs*, principalmente em relação aos algoritmos, enquanto temas necessários para consolidação do multilateralismo, da governabilidade e da estabilidade no funcionamento das instituições, inclusive no âmbito dos Estados Nacionais.

Neste contexto, temas da agenda global como clima, biodiversidade, combate à fome e à miséria, defesa da paz, dentre outros pontos fundamentais para a estabilidade regional, tem sido objeto de debates e das propostas oriundas do Sul Global, além de consolidar a estratégia Sul-Sul enquanto ponto chave para consolidar o multilateralismo.

Encontro de líderes globais tende a expor todas as contradições, diferenças e diversidade de interesses que simbolizam as prioridades dos países desenvolvidos em contraposição às prioridades dos países do Sul Global.

Deve-se aproveitar todos os espaços institucionais para a defesa do financiamento pelos países ricos para os países em desenvolvimento, tais como as discussões travadas na COP-29, em Baku, no Azerbaijão e na COP-30 em Belém, no Brasil.

A defesa de iniciativas de Estados Nacionais, seja de forma isolada, seja através de processos de integração regional, para grandes obras de infraestrutura são importantes vetores de desenvolvimento como o Cinturão e Rota da Seda liderada pela China e projetos de infraestrutura na América Latina como no caso da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), o que possibilitará maior estreitamento das relações entre países através das grandes obras de infraestrutura para promoção do desenvolvimento.

Em síntese, as estratégias dos países do Sul Global para uma agenda de contra hegemonia na geopolítica internacional deve se pautar em medidas efetivas dos

governantes, mas também com a compreensão da necessidade de sua continuidade enquanto política de Estado, ao assumir o compromisso com este processo desde o início e ao longo do mandato. Este ponto é vital na medida em que a ascensão de governos de direita e de extrema-direita ao longo dos últimos dez anos em vários países, notadamente do Sul Global, tem implicado em processos de paralisação ou retrocesso de importantes iniciativas em inúmeras áreas de atuação política, assim como governos liberais, comprometidos com pautas neoliberais ou até ultraneoliberais que interrompem ou dificultam a continuidade de agendas políticas na pauta contra hegemônica e multipolar.

Por outro lado, a alteração da estrutura e da composição dos organismos financeiros, em especial a o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, como proposto pelo Brasil e a China, se constitui em medida relevante para modificar as políticas de financiamento e de empréstimos para situações estruturais de países do Sul Global com dificuldades econômicas e que são prejudicados pela correlação de forças desta estrutura vigente, bem como a governança global com a reforma do Conselho de Segurança da ONU e outros institutos, que devem retratar o multilateralismo do Século XXI, de forma a incluir países do Sul Global ao possibilitar o que representantes da América Latina, da África e da Ásia possam ter assento permanente naquele Conselho.

A Agenda da Governança Global necessita ser repensada de forma a retratar uma posição de equilíbrio que reflita as demandas dos países em desenvolvimento.

Em conclusão, a sociedade civil dos países do Sul Global deve ter maiores informações da importância do papel exercido pelo BRICS através da inclusão de temas de seu interesse incluindo Direitos Humanos, as mudanças profundas na Governança Global, a Defesa da Democracia, o Combate à Fome e à Miséria, o enfrentamento das Questões Climáticas e de ampliação do multilateralismo a partir do Sul Global e de uma estratégia Sul-Sul marcando a necessidade de reconfiguração do Sistema Mundial.

Espera-se que neste período de transição da Presidência brasileira para a indiana dos BRICS continue a possibilitar o aprofundamento das relações entre os países-membros, bem como o de aperfeiçoar os espaços de atuação no campo institucional para que prevaleçam os princípios democráticos, de defesa do respeito à soberania, aos direitos humanos e ao direito internacional, além da solução pacífica dos conflitos, o que demonstra a necessidade de reconfiguração da Organização das Nações Unidas e seus

espaços institucionais, da própria Organização do Tratado do Atlântico Norte ( OTAN ) e das instituições financeiras criadas nos Acordos de Bretton Woods.

Conforme previsto na Cúpula de Kazan, o Conselho Popular dos BRICS na Presidência brasileira teve grande protagonismo com reuniões em julho no Teatro Carlos Gomes e em dezembro no Armazen 6 na Praça Mauá, ambos no Rio de Janeiro, contando com a participação dos integrantes da Comissão de Direito da Integração deste sodalício, Dra. Elian Araújo e Dr. Sérgio Sant'Anna, contando com participantes de mais de vinte países.

Espaços importantes ao longo de 2025 contaram com a participação de membros do IAB, destacando-se o LEGAL BRICS, no Rio de Janeiro, iniciativa do Conselho Federal da OAB, que contou com a participação da Dra. Elian Araújo e do Dr. Sérgio Sant'Anna, além do Secretário-Geral Bernardo Gicquel, demonstrando a possibilidade de contribuição do IAB nos temas da agenda dos BRICS que pode ter um papel de protagonismo para a advocacia.

Diante desta conjuntura, a possibilidade de retomada da atuação pro-ativa no cenário internacional é complexa porque os países dos BRIC's precisam superar cenários de grande instabilidade interna, regional e mundial.

Na arena geopolítica do Sistema Mundial, o multilateralismo tem proporcionado que diversos atores possam atuar de forma direta e efetiva nos variados foros internacionais de discussão, sendo que espaços institucionais que reúnam atores relevantes como os BRICS possam ampliar o processo de discussão e decisão em favor dos países do Sul Global, em especial América do Sul, América Central, Caribe, África, Oriente Médio e Ásia.

É o relatório!!!

## VOTO

O estudo realizado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros certamente será uma contribuição acadêmica valiosa para subsidiar os diferentes governos brasileiros futuros nos períodos subsequentes das Presidências do BRICS com esta configuração mais ampla, de forma a retratar importância do tema enquanto política de Estado, além de Universidades, Institutos, estudiosos do tema e a sociedade, em geral.

Neste atual momento em que se finaliza a Presidência do Brasil, neste ano de 2025, entendo que o Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB desempenhou um papel protagonista, no sentido de debater, participar e propor temas de interesse do processo de integração, a partir da importância do Sul Global e do multilateralismo, no Conselho Popular em reuniões em julho e dezembro, no LEGAL BRICS de iniciativa do Conselho Federal da OAB, em vários eventos de Comissões do IAB, em especial a Comissão de Direito da Integração, bem como vários eventos acadêmicos no Brasil e no exterior.

Em conclusão ao presente Relatório, entendo que a sociedade civil deve priorizar participar dos espaços institucionais que o Brasil participe como no caso do BRICS, bem como processos de integração regional como Mercosul, Unasul, CELAC e demais espaços de uma Agenda Sul – Sul na busca pela Democracia, pela Paz, pelos Direitos e Garantias Fundamentais e pelo Desenvolvimento dos Povos do Sul Global, em especial para o debate de temas como Meio-Ambiente, Saúde, Educação, Trabalho, Moradia, dentre outros temas relevantes, bem como respeito às regras constitucionais pertinente às relações internacionais, as infraconstitucionais e os Tratados e Acordos do qual o Brasil é signatário, promovendo toda forma de proteção aos povos indígenas, quilombolas e comunidades originárias, além de mecanismos de preservação dos empregos e dos direitos sociais com estudos e relatórios sob o impacto no curto, no médio e no longo prazo dos efeitos econômicos a partir de um projeto nacional de industrialização e de priorização de produtos com maior valor agregado numa retomada estratégica de desenvolvimento.

Verifica-se, ainda, a defesa da ampliação de Temas Multilaterais nos Foros Internacionais como Combate à Fome e à Miséria, a Defesa do Meio-Ambiente, do Clima e da Biodiversidade, Direitos Humanos, Defesa da Paz, dentre outros temas com forte repercussão social para os países do Sul-Global, mas também político tendo em vista que vários países da América do Sul reconheceram o Brasil com uma liderança regional capaz de defender os interesses de todos estes países na agenda geopolítica internacional.

Tendo em vista a Declaração de Kazan, a Declaração do Rio de Janeiro, o Conselho Popular do BRICS e a participação do IAB nas atividades pertinentes a este foro de cooperação, na necessidade de participação da sociedade civil, este relator propõe algumas iniciativas e propostas, nos termos seguintes:

I- continuar participando da Cúpula Popular dos BRICS, do Legal BRICS de iniciativa junto ao Conselho Federal da OAB e quaisquer espaços institucionais que tenham relação aos BRICS, reforçando o papel do IAB como instituição acadêmica, da sociedade civil e think tank;

II- fomentar debates através da organização de Seminários, Simpósios e Colóquios, inclusive internacionais, de temas relacionado aos BRICS, sobre geopolítica e multilateralismo, destacando-se Governança Global, Estudos Estratégicos, Inteligência Artificial, Infraestrutura, Planejamento Estratégico, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia, Esportes, Trabalho, Políticas de Emprego, Segurança Social e Economia Social, Desenvolvimento Regional Sustentável, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo, Cidadania e Direitos Humanos, Segurança e Defesa, Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca, dentre outros temas com implicação jurídica, política, econômica e social;

III- envio de propostas concretas para contribuir com a participação nos foros institucionais que o IAB venha a participar, através, inclusive, de debates oriundo dos eventos dispostos no item II;

IV- estudo de temas que poderiam ser objeto de interesse do Brasil a serem objeto de discussão junto às instâncias institucionais oficiais ou acadêmicas relacionadas aos BRICS.

V- atuar dentro dos espaços institucionais para defender a estabilidade política através da consagração da paz, da solução pacífica dos conflitos com respeito à soberania, aos Direitos Humanos e aos princípios do Direito Internacional que se fazem necessários para a preservação da ordem internacional mais justa e igualitária, a paz e a justiça social.

Entendo, ainda, que, na hipótese de aprovação deste parecer, seja o mesmo enviado aos Excelentíssimos e ilustres Senhores Presidente da República, Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das Casas Legislativas, Ministro de Estado das Relações Exteriores, além do Presidente do Conselho Federal da OAB.

Este é o relatório e voto que submeto à apreciação deste Egrégio Plenário, após aprovação na reunião ordinária da Comissão de Direito da Integração do Instituto dos Advogados Brasileiros.

É como voto, Sra. Presidenta.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.

**SÉRGIO LUIZ PINHEIRO SANT'ANNA**

Membro da Comissão de Direito da Integração do IAB

Relator